

A ágora contemporânea dos indignados: democracia segundo a transpolítica do Movimento Occupy

Ricardo S. Kaminski ¹

RESUMO

No contexto da crise atual emergem novos atores sociais no cenário mundial: mobilizados a partir do ciberespaço, *indignados* ocupam praças e ruas nas metrópoles denunciando as contradições existentes entre a voracidade do capitalismo e o domínio político sobre as instituições e valores conquistados nos últimos dois séculos. O repertório crítico de lutas, demandas e estratégias que constroem proclama a reinvenção dos modelos dominantes de democracia, apontando para a emergência de uma nova cultura política, a partir de uma concepção radical dos valores democráticos. O trabalho ora proposto tem como objetivo analisar o potencial emancipatório do movimento “occupy” a partir da noção de “transpolítica”, considerando o debate acerca da qualidade da democracia no capitalismo e a crítica que o movimento formula quanto aos grupos, instituições e práticas consideradas responsáveis pela crise.

Abstract

In the context of the current crisis emerge new social actors on the world stage: called in from the cyberspace, indignant occupy squares and streets in major cities denouncing the contradictions existing between the voracity of capitalism and the political field on the institutions and values acquired over the past two centuries. The critical repertoire of struggles, demands and strategies that build proclaims the reinvention of the dominant models of democracy, pointing to the emergence of a new political culture, from a radical conception of democratic values. The proposed work aims to analyze the potential of emancipating movement "occupy" from the concept of "transpolítica", whereas the debate on the quality of democracy in capitalism and criticism of the movement formula as for groups, institutions and practices considered responsible for the crisis.

Palavras-Chave: Democracia, capitalismo, indignados, ciberespaço, transpolítica, emancipação.

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, bolsista do CNPq. Endereço eletrônico: ricardoskaminski@gmail.com

Introdução

Desde a década de 1990 uma nova categoria de movimentos sociais surge no cenário internacional, característicos do mundo globalizado e da era da informação, constituindo grupos organizados em redes. Para Edgar Morin (1999) o século XXI começa com os protestos ocorridos em Seattle², que demarcaram o início dos movimentos antiglobalização, cujos mais significativos foram: a marcha Zapatista de Chiapas (2001) para a capital do México, as manifestações da sociedade civil global em Gênova (2001), na Itália, na reunião do G8 e o caso das redes de mobilizações contra os governos e as corporações nos Estados Unidos, que ficaram conhecidas como J18³, N30⁴ e A16⁵.

Nesse cenário global de profundas incertezas, em 2010 é lançado o livro “*Indignez-vous!*”, no qual Stéphane Hessel propõe uma reflexão sobre o mundo presente, com uma mensagem para construção do mundo futuro: não perder a capacidade da indignação. Inspirado na mensagem de Hessel surge a denominação dada aos movimentos de protestos iniciados na Espanha, onde alguns manifestantes, simbolicamente empunhavam seu livro.

Na Europa, os ativistas em marcha, desde 26 de julho de 2011, caminham da *Praça del Sol*, em Madri, até Bruxelas, sede do parlamento europeu. A “Marcha Popular Indignada” se encontrará, em outubro, com outras rotas vindas de Portugal, Itália, Grécia, Suíça, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Irlanda.

No início de setembro, expressões do movimento eclodiram em Israel: a partir de mobilização nas redes sociais, cerca meio milhão de manifestantes tomaram as ruas. Acampados no Boulevard de Rottschild, em Tel Aviv. Para uma das lideranças dos protestos em Israel, Stav Shaffir, “o contrato entre o Estado e os cidadãos foi rompido”. A revolta israelense deu origem a um fenômeno novo: um tipo de “esquerda de rua”, muito distinta da esquerda oficial dos partidos Avoda (trabalhista) e Meretz.

Recentemente, no Chile, estudantes ocuparam as ruas em defesa de uma educação pública e gratuita. Aos protestos estudantis, uniram-se trabalhadores em greve geral, descontentes após trinta anos de supremacia do neoliberalismo chileno. Em setembro surge

² Ocorridos em dezembro de 1999.

³ O Carnaval Global Contra o Capital, 18 de junho (J18) de 1999. Foi um dia internacional de protesto para coincidir com a Cúpula do G8 em Colônia, Alemanha.

⁴ Protestos em torno da Conferência Ministerial da OMC de 1999. Ocorreu em 30 de novembro de 1999 (apelidado de "N30"), em Seattle nos Estados Unidos.

⁵A16 foi uma série de protestos em Washington contra o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que ocorreu em 16 abril de 2000.

nos Estados Unidos o movimento *Occupy Wall Street* (OWS), que desde então, está ocupando o centro financeiro onde a crise começou. Em assembleia geral do movimento, realizada em seis de outubro de 2011, num discurso transmitido por um “microfone humano”⁶, a ativista Naomi Klein⁷ afirma que o grande desafio do movimento, que não tem prazo para acabar, é “mudar os valores que governam a sociedade” (Revista Fórum, online).

Os recentes protestos criam movimentos sociais que fluem, transitam e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais contemporâneas, questionam e propõem novas formas de organização política. Por isso eles são inovadores e indicam caminhos de possíveis mudanças econômicas, sociais e políticas: constituem uma lente por onde problemas mais gerais podem ser abordados. Indagar sociologicamente sobre movimentos sociais e a emergência de uma nova cultura política no contexto da crise atual requer uma abordagem teórica multidisciplinar, capaz de contemplar a complexidade que o tema exige.

O olhar sociológico sobre esse novo sujeito político coletivo do mundo contemporâneo instiga às seguintes questões: o que os movimentos de indignação e protesto significam e revelam no cenário da crise? Estariam produzindo uma nova cultura política? Em que medida tais movimentos tensionam com o modelo hegemônico de democracia liberal representativa e com o sistema econômico dominante? Em suma, qual é o seu potencial emancipatório?

Outo elemento complicador ante o cenário complexo e globalizado em questão, são as categorias utilizadas para explicar e compreender o momento histórico e suas possíveis consequências na vida política, cultural e social para determinados países ou para o sistema capitalista como um todo em processo de profundas transformações. Por algum motivo as categorias existentes não se encaixam adequadamente na realidade atual, e por outro lado, a realidade social não “cabe” nas categorias clássicas mais utilizadas, com classe e grupo social, organização ou movimento social. Tudo é relativamente novo e faz parte de um histórico que não remonta a mais de duas décadas.

Ao indagar sobre o potencial emancipatório dos movimentos de ocupação, levando em conta a capacidade e os limites que tais sujeitos coletivos encarnam, procuro compreender o

⁶ As autoridades policiais não permitiram a utilização de amplificadores o que obrigou a ativista a discursar para os mais próximos que repassavam as “ondas sonoras humanas” à todos os participantes. O mesmo ocorreu em um discurso histórico de Lula numa greve de 80 mil metalúrgicos no ABC, em 13 de março de 1979.

⁷ A partir de transcrição do discurso da ativista publicada na Revista Fórum, disponível em: http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_noticia.php?codNoticia=9518/a-coisa-mais-importante-do-mundo-. Acesso em 9 de Outubro de 2011.

significado e o impacto que as mobilizações e seus desdobramentos apontam no campo sociopolítico - seja para o debate acerca da qualidade da democracia no capitalismo, seja sobre os caminhos para a emancipação social.

Indignados no cenário político do séc. XXI.

O ano de 2011 uma onda de revoltas, protestos e ocupações tomou forma de um movimento global antissistêmico, articulando as potencialidades do ciberespaço e as tradições emancipatórias dos movimentos nos espaços urbanos. Nos Estados Unidos o Movimento *Occupy Wall Street* tomou dimensões globais e espalhou-se por todo o país. No Chile estudantes resistiram nas ruas, reivindicando educação pública de qualidade.

O Movimento “Occupy”, como vem sendo chamado, proclama a reinvenção da democracia e da política pela instituição de uma nova ordem social. Constituindo uma rede global heterogênea em diversos países, tensionam com o modelo hegemônico neoliberal, com a democracia representativa e com o aparelhamento do Estado pelo capital. Desde o início, tanto nas revoltas da primavera árabe, quanto nas ocupações das cidades europeias e nos americanas, o ciberespaço tem sido o *locus* estratégico de onde partem as mobilizações e articulações, cujo resultado culminou em ações organizadas de protestos em mais de mil e sessenta e cinco cidades, nos cinco continentes, em 15 de outubro de 2011⁸.

Ativistas, líderes políticos, governos, intelectuais, partidos, sindicatos e movimentos sociais atualmente debatem a natureza as perspectivas, o significado e o potencial emancipatório do Movimento “Occupy”. O viés político-ideológico heterogêneo que caracteriza as mobilizações e sua pauta reivindicatória destoa, ao mesmo tempo em que dialoga, com os programas reformistas e revolucionários da esquerda tradicional, questionando as estruturas partidárias e sindicais que representavam possíveis alternativas históricas ao capitalismo.

O ativismo do Movimento “Occupy” expressa sua relevância com a formação de uma nova consciência política, rebelde e desconfiada dos aparatos institucionais democráticos e das relações políticas entre Estado e mercado, fundamenta a crítica e unifica as mais diferentes e heterogêneas redes de relações, grupos e classes sociais. Identificar e conhecer os elementos que compõem o ativismo desses grupos, subjugados pela crise e articulados a despeito do caleidoscópio de concepções ideológicas e políticas heterogêneas, possibilita compreender as semelhanças e diferenças entre os pontos dessa imensa rede que luta por

⁸ Dia de protestos global que ficou conhecido como 15-O.

outro mundo e por outra democracia. Tal tarefa exige lançar mão de conceitos e referenciais teóricos de fronteira ao mesmo tempo em que remete às teorias e conceitos clássicos das ciências sociais.

No núcleo da crítica dos “indignados” está o modelo liberal de democracia representativa, a corrupção da classe política, o capitalismo especulativo e a relação orgânica dominante do mercado neoliberal com o Estado e os governos, cujos interesses favorecem o capital em detrimento dos direitos humanos, do meio ambiente, das políticas públicas e demandas sociais. Os movimentos de protesto e indignação configuram novos espaços públicos propondo uma nova cultura política, fundindo a “*netwar*” (ANTOUN, 2002) nas comunidades virtuais às mobilizações em massa nas grandes cidades.

O movimento dos “indignados” constitui uma das principais novidades na arena política e no cenário emergente de uma nova sociedade civil internacional, devido a sua forma de articulação e atuação em redes com extensão global. Resulta daí a inovação de seu repertório e a possibilidade de emergência de uma nova cultura política: é como se o tradicional modelo de representação política do século XX não fosse mais adequado para os novos tempos e demandas.

O capitalismo contemporâneo nos marcos da crise

Nas revoltas iniciadas no Norte da África, da Tunísia ao Egito, Iêmen e Líbia multidões se aglomeraram nas praças e ruas lutando pela constituição da democracia. Na Europa, milhares de indignados espanhóis ocuparam na *Puerta del Sol*⁹, em Madri, e nas praças e ruas da Grécia, Itália, na Inglaterra e nos Estados Unidos, protestando contra o aviltamento das contradições de trabalho e de vida, denunciando contradições da expansão do sistema do capital, imerso em uma recente crise, porém não a primeira e certamente não a última, que teve início em 2008 com o *crash* da bolha imobiliária norte-americana e do mercado de crédito *subprime*¹⁰.

⁹ A Puerta del Sol é uma praça em Madrid, que desde 1950 é conhecida como marco zero da estrada radial que interliga toda a Espanha.

¹⁰ Em sentido amplo, subprime (do inglês subprime loan ou subprime mortgage) é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa (prime rate). Em sentido mais restrito, o termo é empregado para designar uma forma de crédito hipotecário (mortgage) para o setor imobiliário, surgida nos Estados Unidos e destinada a tomadores de empréstimos que representam maior risco. Esse crédito imobiliário tem como garantia a residência do tomador e muitas vezes era acoplado à emissão de cartões de crédito ou a aluguel de carros. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>.

O capitalismo-império inaugura o séc. XXI imerso em mais uma grave crise, a qual não se configura como as séries históricas anteriores, a exemplo da crise de 1929 ou da década de 1980. Diferentemente, conforme defende Mészáros, esta é uma crise profunda do sistema do capital como um todo, de caráter sistêmico e de amplitude global, que afeta o conjunto da humanidade:

Agora estamos falando de crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza minando as condições fundamentais de sobrevivência humana [...] A crise atual é profunda [...] essa não é apenas a maior crise de história humana, mas a maior crise em todos os sentidos (MÉSZÁROS, 2009, p. 130-133).

No presente cenário, a emergência dos indignados e de movimentos de ocupação em massa nas grandes cidades, revela as contradições da crise estrutural e interpela sobre os caminhos que se desvelam no horizonte institucional e organizacional do político e do econômico e também sobre aqueles que ainda estão por ser desvelados. Assim, impõe-se como imperativo a compreensão do real significado do contemporâneo da civilização do capital, “marcado por profundas transformações na dinâmica de funcionamento do capitalismo, a acirrar contradições e antagonismos, gestando novos ordenamentos sociais, com mudanças nos padrões da sociabilidade contemporânea” (CARVALHO, 2012, pág. 2).

No universo da cibercultura, o sistema do capital vem promovendo transformações radicais no padrão de acumulação e nas formas de valorização, configurando um novo momento no desenvolvimento do capitalismo de expansão sem limites. Assim, no cenário do sistema do capital na contemporaneidade, acirram-se contradições que atingem violentamente o mundo do trabalho, gestando um crescente contingente de trabalhadores supérfluos para o capital.

O sistema do capital, nessa sua lógica de expansão destrutiva e incontrolável revela a sua incapacidade de incluir esse “refugio humano”, essa “população sobrando”, condenando amplos contingentes populacionais à redundância social (CARVALHO, 2012, pág. 4). Assim denuncia Mészáros, em sua crítica radical e contundente: “o sistema de controle do metabolismo social atingiu um estágio em que lhe é necessário expulsar centenas de milhões de indivíduos do processo de reprodução social, do próprio processo de trabalho” (1997, pág. 152).

Como uma tragédia do nosso tempo, a crise estrutural que se revela encarna uma das mais perversas expressões da desigualdade gestando uma “coletividade de despojados”, expropriada da sua própria humanidade, a vivenciar os horrores da miséria, da indignidade e da desproteção social. É a saga de milhões de migrantes, de desempregados, de executores de

atividades precarizadas, de jovens estudantes que não conseguem a devida inserção no mundo do trabalho, enfim, trabalhadores e trabalhadoras sem condições de mercantilizar sua força de trabalho e responsabilizados pela sua exclusão nas tramas ideológicas da qualificação e do acirramento do individualismo (MARQUES, 2006 apud Carvalho, 2012, pág. 4).

Para compreender os problemas que se acumulam e as contradições, cada vez mais explosivas, é impossível contornar a análise de Mészáros (2011), que ressalta as dimensões estruturais da crise, a qual constituiria também uma crise de dominação que pode levar ao recrudescimento do sistema de controle social capitalista de “tolerância repressiva” nos regimes democráticos. A crise agravada a partir de 2008, não é apenas uma crise do sistema econômico-financeiro internacional, mas constitui um fenômeno com consequências sociais, políticas e culturais, demarcando um “divisor de águas” histórico (Mészáros, 2011), com possíveis implicações para a democracia liberal representativa e para a cultura política dominante.

Para Mészáros, em *A crise estrutural do capital* (2011), é preciso construir uma teoria da transição, viabilizando a oportunidade da crise para instituir uma “política radical”. *Per se* a crise estrutural não possibilitaria uma transição ao socialismo, ou para qualquer outra forma societária para além do capital. Para o filósofo húngaro a transição não teria sucesso se se pautasse pelas estratégias de seguir o caminho de menor resistência, considerando que as instituições forjadas no capitalismo, por sua inércia, tenderiam para a reforma regulatória e reestruturação do sistema do capital e não para sua superação:

Por mais paradoxal que possa parecer, somente uma autodeterminação radical da política pode prolongar o momento da **política radical**. Se não se deseja que esse “momento” seja dissipado sob o peso da pressão econômica imediata, tem de ser encontrada uma maneira de estender sua influência para muito além do pico da própria crise (quando a política radical tende a afirmar sua efetividade com uma lei) (MÉSZÁROS, 2011, pág. 89).

A política radical seria beneficiada apenas temporariamente pela crise estrutural, sendo que após o momento em que se possibilitar a revitalização do capital ou se fracassar a tentativa de sua superação por parte dos grupos políticos e movimentos sociais que perderiam a legitimidade. Mészáros oferece um caminho possível para superação do capital em momento de crise:

Assim, para ter êxito em seu objetivo, a política radical precisa transmitir, no auge da crise, suas aspirações – na forma de efetivos poderes de tomada de decisão – ao próprio corpo social, do qual as demandas materiais e políticas subsequentes podem emanar e, assim, sustentar sua própria estratégia, em lugar de militar contra ela. (...) Tal transferência de poder político, juntamente com a sua íntima ligação com a própria estrutura socioeconômica, só é possível em tempos de grandes crises estruturais: quando, eis o ponto, as premissas tradicionais do metabolismo

socioeconômico dominante não só podem como precisam ser mudadas (MÉSZÁROS, 2011, pág. 90).

A análise da atual conjuntura revela questões de amplos aspectos sociológicos, políticos e culturais, tais como: o aumento dramático das desigualdades socioeconômicas, a destruição ambiental, os conflitos étnico-religiosos, a proliferação de guerras civis e antiterrorismo, o regime de controle social globalmente organizado e a emergência de corporações e conglomerados financeiros que têm muito mais poder que os governos e que os dominam, tornando periféricas as demandas da população (SANTOS, 2005).

Boaventura de Souza Santos (1995) atribui à globalização e ao consenso de Washington à crise da legitimidade e da capacidade do Estado em organizar a sociedade, o que constitui o objeto central da crítica dos movimentos em estudo. Nesse contexto, Octavio Ianni desafia as ciências sociais a pensar o mundo globalizado, ao afirmar que este impõe “um desafio epistemológico novo” e que “pela primeira vez [as ciências sociais], são desafiadas a pensar o mundo como uma sociedade global” (IANNI, 1996, p. 237).

Para alguns analistas como Bresser-Pereira (2011), emergirá da crise atual um “novo capitalismo”, embora sua natureza seja de difícil previsão, com uma forte tendência de expansão da democracia, tornando-a mais social e participativa. István Mészáros defende o oposto, ao afirmar que não é apenas o modelo de crescimento e modernização sem transtornos que se despedaça, “mas ironicamente, é também o *slogan* do crescimento sustentado sobre uma base política e social que preserva as possibilidades de um progressivo desenvolvimento democrático” (2011, p. 50).

Para Alba M. P. Carvalho a noção de que vem se esvaziando o papel de Estado como interventor na economia, sob a premissa neoliberal do “Estado mínimo” não se aplica no contexto sociopolítico atual, na medida em que no contexto da crise, a organicidade entre o Estado e o mercado está mais forte do que nunca, em tempos de ajuste:

Para além das prescrições neoliberais de “saída do Estado”, “Estado Mínimo” e da “falsa disfunção Estado/Mercado”, o Estado Contemporâneo, ao longo dos últimos trinta anos, intervém, de forma decisiva, na expansão ilimitada e predatória do capital. É o “Estado Ajustador” no contexto da democracia, a assumir diferentes configurações históricas nos distintos ciclos de ajuste à nova ordem do capital mundializado (CARVALHO, 2010, pág. 3)

No celebrado Estado do bem-estar social, sob a égide do neoliberalismo, os cortes de políticas sociais e econômicas limitavam-se a curtos períodos de ajustes e arrojos em nome da austeridade fiscal, contudo o cenário da crise atual caracteriza, segundo Slavoj Žizek:

um tipo de estado de emergência econômica, que necessita de todos os tipos de medidas de austeridade (corte de benefícios, redução dos serviços gratuitos de saúde e educação, empregos cada vez mais temporários, etc.),

[em que a crise] é permanente e está em constante transformação, tornando-se simplesmente um modo de viver (2011, pág. 10).

Agora as elites e o próprio Estado precisam convencer multidões indignadas que pagam o preço social e econômico da crise, de que a ordem mundial em sua configuração atual – com “pequenos” ajustes no sistema financeiro e obediência a receitas de “austeridade” do FMI – constitui a melhor saída não apenas para as elites ou para determinados grupos sociais privilegiados, mas de que é bom para todos. As elites do capitalismo global, nas palavras de David Harvey:

(...) vão apontar para os 250 anos de crescimento contínuo (com ocasionais momentos de destruição criativa, como agora) e dizer que não há nenhuma razão para que tudo isso chegue ao fim. Suas inovações sem fim, afinal, lançaram as bases para novas tecnologias maravilhosas (...), que podem beneficiar toda a humanidade, e não há fronteiras de pesquisa ainda a ser conquistadas, capazes de gerar novas linhas de produtos e novos mercados tão necessários para a expansão contínua (HARVEY, 2011, pág. 179).

Em tempos de crise, como assevera David Harvey “a irracionalidade do capitalismo se torna evidente para todos” (2011, pág. 175), desvelando as contradições que o necessário processo de crescimento e expansão *ad infinitum* imposto pelo capital concorrencial sobre um número cada vez maior de nações e classe sociais, cujas consequências cobram seu preço à custa da natureza, destituindo direitos sociais conquistados a sangue, ferro e fogo, degradando as condições de vida e relegando multidões às margens do mundo do trabalho.

Essa produção de uma população sobrando, supérflua, estruturalmente desprotegida que o sistema não é capaz de integrar, constitui uma das fortes expressões da crise estrutural do capital a (des)regular a oferta e a demanda de trabalho e a produção de valor para continuar sua expansão sem limites, como bem observa Mészáros:

o sistema de controle do metabolismo social atingiu um estágio em que lhe é necessário expulsar centenas de milhões de indivíduos do processo de reprodução social (do próprio processo de trabalho)” [...] um sistema de reprodução não pode se autocondenar mais enfaticamente do que quanto atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento. Esta não é uma projeção para o futuro [...] é a gritante realidade mundial e o rumo, negativo e do qual não se escapa do avanço do capitalismo (1997, pág.152).

A análise mais de conjuntura permite afirmar que há sinais, uns mais sutis, outros gritantes, de que a crise que se desenvolve não é apenas uma crise econômica, mas também e principalmente uma crise de instabilidade das instituições sociais, econômicas e políticas que “sofrem” ao tentar adequar-se às novas reconfigurações em processo causadas pela “destruição criadora” que caracteriza a modernidade que recai sobre si mesma, revolucionando-a em seus próprios termos. Estar-se-ia gestando atualmente um processo de

profundas modificações das relações e estruturas sociais que desafiariam a própria teoria sociológica contemporânea, por sua origem moderna e pela velocidade com que se processa a crise, impondo uma tarefa de virada nas bases epistemológicas e categoriais que fundaram o pensamento sociológico (NOGUEIRA, 2007, pág.48).

Na concepção de Marco Aurélio Nogueira (2007), longe de se desenvolver um projeto da “pós-modernidade” o que se desenrola é um processo de aprofundamento e radicalização da modernidade. Isto se daria na medida em que os componentes típicos do projeto moderno – universalismo abstrato, individualismo, racionalismo, produtividade, competitividade – se intensificaram e tomaram novas formas e configurações, não só permanecem como foram amplificados, retornando sobre si mesmos, tornando líquida e instável sua aparente solidez:

Em vez de ter se diluído, [o projeto moderno] incrementou sua natureza reflexiva, passou a medir forças consigo mesmo e mergulhou em um processo de ‘autodestruição criativa’ (Beck) no qual a mudança se impõe meio fora de controle, ora em silêncio, ora estrepitosamente, subvertendo o que estava instituído e questionando a si própria o tempo todo (NOGUEIRA 2007, pág. 47).

Nessa dinâmica o próprio capitalismo potencializou-se e generalizou-se, ampliando e amplificando seu domínio no tempo e no espaço, parecendo ter se convertido em objeto do fetiche reificado de todos os povos, “aplainando o mundo e a história”, mas que de modo algum se pacificou. Radicalizando-se, radicalizou também as resistências, passando a enfrentar novas tensões e contradições, aparentemente amplificadas também pelo mesmo processo num panorama determinado pela hipermodernidade (LIPOVETSKY apud NOGUEIRA, 2007, pág. 47).

A “modernização reflexiva” implicaria a emergência de uma “sociedade de risco” em uma fase na qual os “riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições que se dedicam ao controle e à proteção da sociedade industrial” (Beck, 1997, pág. 15, apud Nogueira, 2007, pág. 48). Nesse mesmo sentido, Zigmunt Bauman define a fase atual como uma “modernidade líquida” que amplifica e renova em um processo de destruição criativa as faces da modernidade, caracterizada como “solida”, cujos traços continuam ativos e operantes:

a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta modernização, a opressiva, inerradicável e insaciável sede de destruição criativa que impede a que se lute sempre pela eliminação do que é ‘velho’ e pela afirmação de novos projetos em nome da produtividade e da competitividade (BAUMAN, 2001, pág. 36, apud NOGUEIRA, 2007, pág. 48).

Para Zizek, a transformação do capitalismo global que está em curso desde 1968 deu origem a uma mudança do modo hegemônico de interpelação ideológica e do universo

político, na medida em que “*o que acontece no último estágio do capitalismo "pós-moderno" e pós-68 é que a própria economia (a lógica do mercado e da concorrência) se impõe cada vez mais como ideologia hegemônica*” (2011, pág. 10). O modelo hegemônico da economia interpenetra como ideologia, seja a educação, em nome da fórmula do menor custo e maior eficiência, seja a esfera eleitoral e de legitimação do poder, cada vez mais sob a lógica concorrencial na qual os eleitores “compram” a opção que promete cumprir de maneira mais eficiente a tarefa de manter a ordem social.

Sob essa ótica, estaríamos vivendo em uma época “pós-política” de naturalização quase universal – não existissem as lutas contra-hegemônicas e concepções altermundistas –, em que as questões políticas são apresentadas como problemas de ordem puramente econômica. Transformando em imperativas as medidas de austeridades prescritas pelos organismos financeiros internacionais às nações e povos que a constituem. Penalizando gravemente a classe trabalhadora e produzindo multidões de desempregados nos “países centrais” na América e na Europa, aonde a crise chegou com mais força. Aviltando direitos historicamente conquistados e que deveriam ser protegidos e promovidos pela classe política e por governos democraticamente eleitos:

Essa naturalização total da ideologia impõe uma conclusão triste, mas inevitável sobre a dinâmica social global: hoje, o capitalismo é que é propriamente revolucionário; ele mudou toda a nossa paisagem nas últimas décadas, da tecnologia à ideologia, enquanto os conservadores, assim como os sociais-democratas, na maioria dos casos reagem desesperados a essas mudanças, tentando manter antigas conquistas (ZIZEK, 2011, pág. 12)

A relação institucional política orgânica do mercado subsumindo o Estado e os governos que deixam de lado as demandas sociais priorizando o capital e os interesses de corporações produzem desigualdade social, expandem-se e complexificam-se a perpassar o mundo social contemporâneo, colocando em questão ideais fundantes da ética democrática: igualdade, liberdade, justiça. De fato, como avalia Boaventura de Sousa Santos, em tempos de crise e transições somos confrontados com tais questões fundantes da Modernidade para as quais as respostas modernas são insuficientes. Segundo o autor essa assimetria está na origem da instabilidade sociopolítica que caracteriza o presente e que, conforme verificado na pesquisa, reverbera na voz dos indignados:

Estamos perante uma denúncia política violenta de um modelo social e político que tem recursos para resgatar bancos e não os tem para resgatar a juventude de uma vida sem esperança, do pesadelo de uma educação cada vez mais cara e mais irrelevante, dados o aumento do desemprego e o completo abandono em comunidades que as políticas públicas antissociais transformaram em campos de treino da raiva, da anomia e da revolta. Entre o poder neoliberal instalado e os amotinados urbanos há uma simetria

assustadora. A indiferença social, a arrogância, a distribuição injusta dos sacrifícios estão a semear o caos, a violência e o medo, e os semeadores dirão amanhã, genuinamente ofendidos, que o que semearam nada tem a ver com o caos, a violência e o medo instalados nas ruas das nossas cidades (SANTOS, 2011).

Considerando as análises aqui apresentadas, as dimensões trágicas da crise atual, em suas consequências sociais devastadoras, abalando as institucionalidades erigidas com a modernidade e no forje do capital, não poderiam ser resolvidas nos marcos do próprio capitalismo, mas a partir de novas configurações e sociabilidades de radicalização da democracia e de reinvenção da política no contexto contemporâneo. É neste sentido que aponta tanto a crítica que formulam quanto às demandas sistematizadas gradualmente em assembleias, células e sistemas orgânicos do movimento Occupy dos levantes em massa de indignados que vão gradualmente se organizando em meio a turbulenta “destruição criativa”, característica de hipermodernidade.

A ágora contemporânea dos indignados: perspectivas de refundação da democracia

No passado antigo do ocidente, no berço da democracia moderna, os atenienses consideravam a Ágora o ponto central de sua cidade o fulcro mesmo de um local que logo se tornou o mais poderoso do mundo Grego. Ali o grande número de pessoas congregava livremente, participando de paradas, festivais, realizando compra e venda, promovendo competições atléticas, julgamentos públicos e representações teatrais. Uma mistura que em si própria era animada por um senso compartilhado de que mortais de carne e osso – homens e mulheres comuns – tinham os meios para se governarem (Keane, 2010, pág. 43).

A Ágora era um centro cívico que, frequentemente, era motivo de reclamações por parte de atenienses antidemocráticos que se queixavam que no local “escravos e residentes estrangeiros, cães, burros e cavalos comportavam-se como se fossem todos iguais” (Keane, 2010, pág. 43). Parecia ser o ninho do mundo, encarnando um significado que os gregos definiam como *aidós*: bem-estar significativo e respeito mútuo. O lugar simbólico opunha-se à fragilidade humana da morte, fundindo nos cidadãos um sentido de realidade, confirmado cotidianamente na presença dos outros. É atribuído a Heráclito o significado de que a Ágora é o mundo “uno e comum para aqueles que estavam despertos, ao passo que os que não se interessavam por seus problemas de fato adormeciam, virando as costas uns aos outros” (Keane, 2010, pág. 43).

Como na era da democracia não se aceitava que política e negócios não se misturavam, tal como água e vinho, era extremamente proibido fazer discursos na Ágora, já

que lá havia um comércio intenso, para esta finalidade foi construída um lugar de discursos e de assembleia que decidia o destino dos cidadãos atenienses, era a Pnyx, uma plataforma próxima. Atualmente, quando turistas frequentam as ruínas de Atenas sobem afoitos para a Acrópole sem se dar conta da importância desse pequeno espaço de poder, onde tudo era decidido. Em dia de decisão política, todas as saídas da Ágora eram bloqueadas e os cidadãos que caminhavam por ela, eram levados inexoravelmente à Pnyx, todos os caminhos da cidade levavam à participação direta e à atuação política nas assembleias que decidiam as orientações do governo na democracia ateniense.

As imagens do passado parecem estar sendo evocadas, mesmo que se atenham ao imaginário da análise sociológica ou histórica. A Ágora contemporânea dos indignados também é um espaço público que vem tendo seu significado redefinido pela ocupação sistemática e pelo potencial emancipatório e contestatório que produzem. Na Espanha, o movimento 15M realiza assembleias nos bairros que vão sendo sistematizadas até culminarem em uma assembleia geral na Poerta Del Sol, tal como na Pnyx ateniense.

A heterogeneidade de demandas, origens, ideologias e interesses dos manifestantes da Praça do Sol na Espanha, em Wall Street, Atenas, ou Londres é tão complexa quanto a própria sociedade contemporânea com seus fluxos reais e virtuais e pode confundir o mais experiente dos analistas e cientistas sociais. Contudo, não há como negar que existe uma instabilidade política pairando no ar para além da questão econômica e que tem origem nas graves consequências da crise estrutural do capital, encabeçada pela atual crise do sistema financeiro global.

Tais movimentos antissistêmicos do século XXI são característicos da cibercultura e para ela convergem, amplificando a Ágora do mundo real para o mundo virtual. Eles apresentam semelhanças com os movimentos antiglobalização da década de 1990, entretanto é preciso levar em conta as especificidades de sua formulação política, das estratégias adotadas e do repertório que criam no cenário global. O movimento dos indignados constitui uma das principais novidades na arena política e no cenário emergente de uma nova sociedade civil internacional, devido a sua forma de articulação e atuação em redes com extensão global. Resulta daí a inovação de seu repertório e a possibilidade de emergência de uma nova cultura democrática.

Mas de que democracia se está falando quando se trata do movimento dos indignados? A análise sistemática de inúmeras atas de reuniões, documentos oficiais, imagens e vídeos, permite considerar uma pluralidade de verões e visões de mundo bastante heterogêneas que vão convergindo gradualmente para concepções radicais de democracia.

Uma das características *sui generis* do movimento dos indignados é definida na obra *Mudar o mundo sem tomar o poder*, de John Holloway (2003), na qual o autor defende estratégias de boicote aos mecanismos de reprodução do capital, o que constitui uma tese, *prima face*, revolucionária, porém torna marginal a centralidade atribuída ao Estado democrático e aos partidos políticos na luta pelo poder no âmbito da teoria política clássica.

Os integrantes dos movimentos anticapitalistas são frequentemente criticados por saberem apenas contra o que lutam e não a favor do que lutam. Ellen Meiksins Wood defende o contrário, para ela: “a maioria sabe perfeitamente a favor do que luta – por exemplo, por justiça social, paz, democracia real e um meio ambiente sustentável – mas tem menos claro contra o quê, especificamente, precisa lutar para alcançar esses objetivos” (2006, p. 37).

A sua heterogeneidade e a crítica contra a contradição entre o governo do povo e os regimes eleitorais, especialmente em sua conformação representativa, consiste em um consenso bastante majoritário encontrado em documentos, oficiais do movimento 15M, como no “Manifesto Democracia Real Já”, de 15 de Maio de 2011:

Somos personas normales y corrientes. Somos como tú: gente que se levanta por las mañanas para estudiar, para trabajar o para buscar trabajo, gente que tiene familia y amigos. Gente que trabaja duro todos los días para vivir y dar un futuro mejor a los que nos rodean. Unos nos consideramos más progresistas, otros más conservadores. Unos creyentes, otros no. Unos tenemos ideologías bien definidas, otros nos consideramos apolíticos. Pero todos estamos preocupados e indignados por el panorama político, económico y social que vemos a nuestro alrededor. Por la corrupción de los políticos, empresarios, banqueros. Por la indefensión del ciudadano de a pie. Esta situación nos hace daño a todos diariamente. Pero si todos nos unimos, podemos cambiarla (15M, 2011, pág. 10).

No manifesto o movimento expressa sua indignação com o sistema eleitoral, a classe política e a democracia vigente:

A democracia parte do povo (*demos*: 'povo', *cracia*: 'governo'), assim o governo deve ser do povo. Contudo neste país a maior parte da classe política sequer nos escuta. Sua função deveria ser a de levar nossas vozes às instituições, facilitando a participação política e cidadã mediante a garantia de direitos e procurando o maior benefício para a maior parte da sociedade, não a de enriquecer-se e prosperar às nossas custas atendendo ao interesses dos grandes poderes econômicos e ligando-se ao poder através de uma ditadura “partidocrática” [...]. (tradução livre) (15M, 2011, pág. 10).

A ânsia de e acumulação de poucos gera desigualdade tensão e injustiças o que conduz à violências que são rechaçadas pelos indignados, que consideram obsoleto e antiecológico o modelo econômico vigente que “bloqueia a maquina social em uma espiral que se consome a si mesma” (15M, 2011, pág. 8). Para o 15M é necessária uma revolução ética, já que a

sociedade capitalista colocou o dinheiro acima do ser humano e é necessário inverter essa lógica e coloca-lo a serviço do ser humano.

O documento que resultou da Assembleia de 22 de maio de 2011 na Puerta del Sol elenca os principais pontos defendidos pelo movimento no início de sua formação e contempla nove temas principais: eliminação dos privilégios da classe política, contra o desemprego, direito à habitação, serviços públicos de qualidade, controle das entidades bancárias, tributação, liberdade cidadã e democracia participativa, redução dos gastos militares e o fim do senado.

O movimento também propõe a criação de mecanismos de governo eletrônico, conforme expresso em um documento denominado “Democracia 4.0” no qual o escopo principal é *“Esto es el futuro: actuar y difundir. Todas las personas que lo han leído, ya no pueden volver a pensar como antes, ni pueden seguir creyendo en el sistema democrático actual”*. O documento consiste em uma proposta fundamentada legalmente à assembleia espanhola para a efetivação do direito em desuso, por motivos óbvios, de cada cidadão poder votar em um projeto de lei de maneira individual pela internet com assinatura digital.

Os indignados da Espanha constituem o movimento mais bem organizado e que conseguiu consolidar propostas e consenso sobre um determinado número de temas. O que é relevante nesse processo de crítica e construção de modelos alternativos é o fato de tais propostas articularem modelos extensamente debatidos na teoria sobre a democracia com aspectos inovadores, como o que configura a transpolítica e a ciberpolítica.

À guisa de conclusão

Percebe-se nos documentos, vídeos e entrevistas que a radicalização da democracia, instituindo um novo modelo de Estado pelo e para o poder popular e suas demandas, segundo Ellen Meiksins Wood (2003), um poder revolucionário de transformar - por ser incompatível com - o capitalismo e as mazelas e contradições sociais e econômicas (agora mais evidentes reveladas pelas frequentes crises) que ele produz. Assim Zizek, reafirma a relevância das ocupações e seu papel crítico:

Sim, os protestos realmente criaram um vazio – um vazio no campo da ideologia hegemônica –, e será necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada posto que se trata de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo. (ZIZEK, 2011, occupy, pág. 18)

A onda de revoltas, protestos e ocupações tomou forma de um movimento global antissistêmico, articulando as potencialidades do ciberespaço e as tradições emancipatórias

dos movimentos nos espaços urbanos. O movimento dos indignados coloca na pauta política a discussão de alternativas aos regimes econômicos desiguais e a experimentação do igualitarismo democrático radical (Peschanski, 2012).

O que se está questionando em tais protestos é a qualidade do regime democrático no capitalismo, a validade e a legitimidade da representação e da classe política, o modelo clássico de democracia liberal representativa e a prevalência dos interesses do capital sobre as demandas sociais da população. No núcleo da crítica dos “*occupies*” está o modelo liberal de democracia representativa, a corrupção da classe política, o capitalismo especulativo e a relação orgânica dominante do mercado neoliberal com o Estado e os governos, cujos interesses favorecem o capital em detrimento dos direitos humanos, do meio ambiente, das políticas e demandas sociais.

As implicações da crítica que tais grupos formulam e o repertório de ações e estratégias que constroem apontam para a emergência de uma nova cultura política a partir de uma concepção radical de democracia direta e participativa, que passa necessariamente pelas novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs). As manifestações-ocupações que se espalharam nas grandes cidades constituem um acontecimento fundador de um novo tipo de movimento social global e esboçam novas características de um “novo internacionalismo” para a ação coletiva na cibercultura. As suas pautas reivindicatórias interpelam sobre as possibilidades da reinvenção da democracia, a partir de uma nova gramática social.

De um modo geral, apresenta-se em comum às manifestações o fato de serem organizadas por meios eletrônicos, sem a tutela de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis e não terem uma hierarquia que permita identificar lideranças. Ao utilizar as redes sociais e as novas tecnologias de informação e comunicação, ampliam a área de intervenção territorial e de mobilização social fundindo espaço urbano ao ciberespaço. A partir do ciberativismo, produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial “num cenário de crise social ampliada [...] eles nos ensinam que, hoje, a luta contra o capital global que desterritorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa, descentrada” (ALVES, 2012).

A questão posta, qual esfinge de Gizé, é compreender os elementos constitutivos, a natureza e as perspectivas desses movimentos, que articulam potencialidades do espaço virtual às tradições emancipatórias de lutas nos espaços urbanos. Assim, os movimentos retomam a tecnologia e mobilizam a tomada das praças e ruas redefinindo sua função dos espaços públicos no tempo e no espaço (HARVEY, 2012), propondo a reinvenção do político e questionando o modelo hegemônico de democracia na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

15M. *Indignados!* Madri: Mandala Ediciones, 2011.

ANTOUN, H. *A multidão e o futuro da democracia na cibercultura*. Encontro Anual da Compós, 11, Rio de Janeiro, 2002.

BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Tradução de Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BOURDIEU, Pierre... et al. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *O Poder Simbólico*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BLUMER, H. *Social Movements in Principles of Sociology*, A.M. Lee, 1ª ed. Nova York: Barns and Noble, 1955.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?*. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 86, Mar. 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/>. Acesso em 3 de Outubro de 2011.

CARVALHO, A. M. P. *Radicalizar a Democracia: O desafio da reinvenção da política em tempos contemporâneos*. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.1 n.1, 2004.

CARVALHO, Giane A. de. *Os movimentos antissistêmicos: conjuntura de lutas ou impasses políticos ideológicos?* *Mediações*, Londrina, v. 13, n.1-2, p. 214-230, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 10ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2007.

GOHN, Maria da Gloria M. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 383 p.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. [The condition of Postmodernity An Enquiry into the Origins of Cultural Change]. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 17ª. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 350 p.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David... et al. *Occupy: movimentos de protestos que tomam as ruas*. Tradução João Alexandre Pechanski... et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HOLLOWAY, J. *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: civilização brasileira, 1997.

KEANE, John. *Vida e morte da democracia*. Tradução de Clara Colloto. São Paulo: Edições 70, 2010.

McAdam, D.; Tarrow, S.; Tilly, C. *The Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Raul Corvejo... et al. 2 ed. rev. e ampliada São Paulo: Boitempo, 2011. 153 p. (Mundo do trabalho).

_____. *Para além do capital - rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial e Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. *O poder da ideologia*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico: o socialismo no século XXI*. Tradução de Ana Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. [Marx's theory of alienation (5th ed)]. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. 296 p.

MORIN, Edgar. *O século XXI começou em Seattle*. Le Monde, Dez., 1999.

OFFE, Chantal. *Capitalismo desorganizado*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 307 p.
_____. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

SANTOS, Boaventura S. (Org.). *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. (org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. - 3ªed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, v. 4, 2008. 511 p.

_____. *The rise of Global Left: The World Social Forum and Beyond*. Londres: Zed Books, 2006.

_____. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. v. 1, São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Renovar a teoria Crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOOD, Ellen M. *O que é (anti)capitalismo?*. Revista Crítica Marxista, Nº 17. Campinas, 2006.

_____. *Democracia contra capitalismo: renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011. 480 p.

_____. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.